

DESENVOLVIMENTO MAIS IGUAL

O mapa do Espírito Santo mudou e agora são dez microrregiões

Reagrupamento foi promovido para melhorar distribuição dos investimentos

de RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O governo estadual promoveu mudanças na geografia regional do Espírito Santo, alterando o agrupamento dos municípios que estava em vigor há quase duas décadas. O número de microrregiões caiu de 12 para 10 e, segundo o secretário estadual de Economia e Planejamento, Guilherme Henrique Pereira, a mudança vai contribuir para a melhor distribuição dos investimentos nas áreas sociais.

O desenvolvimento regional tem grande peso no plano de governo e a reorganização da divisão regional do Estado, que ficou com um organograma mais enxuto. A mudança justifica-se pela necessidade de tornar equilibrado o crescimento de todas as regiões.

Outra novidade foi a criação dos Conselhos de Planejamento e Articulação Regional (CPAR) como organismos consultivos. Cada microrregião terá o seu conselho, que será formado pelo prefeito, presidente da Câmara e dois líderes da sociedade civil de cada cidade da microrregião.

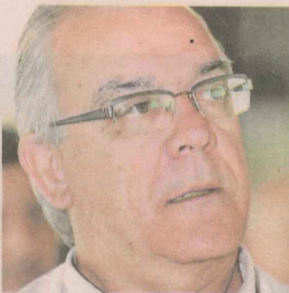
Os conselhos participarão da governança da microrregião e vão coordenar as discussões de dois grandes temas: investimentos públicos e plano de desenvolvimento.

"A ideia é que os integrantes do conselho sinalizem para o governo as

Grande Vitória mantém cidades

« No início das discussões visando às alterações na geografia regional, a expectativa era de que os municípios de Guarapari e Fundão saíssem da Região Metropolitana e passassem a integrar outras microrregiões. As mudanças, entretanto, não ocorreram, segundo informações de bastidores, por conta de interferências políticas.

AVANÇOS



A criação de conselhos é um avanço na consolidação da gestão democrática de definição do gasto público.

GUILHERME PEREIRA
SECRETÁRIO ESTADUAL DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

prioridades de cada microrregião, mostrem para o governo como é melhor distribuir o investimento público", explica Pereira.

Além de discutir a prioridade do investimento, o conselho define também a melhor localização. Se os integrantes decidirem que

a prioridade para a microrregião é a construção de um hospital, por exemplo, dirão também para o governo em qual município deverá ser construído para melhor atender aos moradores. "O conselho vai fazer a articulação do desenvolvimento com as comunidades e lideranças", destaca.

A implantação dos conselhos começa no próximo mês e a ideia é que estejam organizados e participem da audiência para a discussão do orçamento de 2013, que serão realizadas de 29 de março a 4 de maio próximos.

O resultado esperado com a criação e implantação desses grupos é que o processo de decisão do gasto público se torne mais descentralizado. "Quando as discussões e decisões ficam mais próximos da população, quanto mais pessoas participam maior é a possibilidade de acertos e de mais eficiência", enfatiza Pereira.

A nova divisão levou em consideração também a necessidade de o Estado coordenar melhor os investimentos públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança. A discussão do orçamento de 2012 já foi feita com base no novo reagrupamento.

O pilar da discussão para a alteração das microrregiões foi com os representantes da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes). E os principais pontos foram a articulação dos prefeitos, a dinâmica do interior e a questão cultural.

COMO FICOU A NOVA DIVISÃO DO ESTADO

Confira as novas microrregiões administrativas



Fonte: Secretaria Estadual de Economia e Planejamento

AGazeta - Ed. de Arte - Gilson

PAC: SANEAMENTO E ABASTECIMENTO

Governo federal investe menos no Estado

Só 1,54% dos recursos virão para o Espírito Santo, que responde por 2,06% do PIB nacional

« A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) publicou a lista dos municípios que receberão recursos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Cresci-

mento (PAC 2) para investirem em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dos R\$ 5 bilhões que serão aplicados, apenas 1,54% serão destinados ao Espírito Santo. Dos 1.017 municípios contemplados, apenas 24 são capixabas. Os recursos represen-

tam, proporcionalmente, menos do que o governo estadual contribui com a economia brasileira: o Espírito Santo responde por 2,06% do PIB nacional.

"Esses investimentos são importantes porque além de melhorar a qualidade de vida da população, também geram em-

prego e renda. Com o volume previsto para o Estado, deverão ser criados mais de 1,2 mil empregos diretos e 460 indiretos. Se o montante fosse maior, seriam ainda mais oportunidades", analisa o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada (Sindicopes), José

Carlos Chamon. O valor a ser repassado aos municípios capixabas é de R\$ 77,2 milhões. O Estado está longe de ser um dos grandes beneficiados pelo PAC 2. Para se ter ideia, a verba destinada apenas para obras no abastecimento de água no Piauí, em torno de R\$ 79,4

milhões, é maior que todo o volume direcionado ao Estado, que além de abastecimento, ainda inclui esgotamento sanitário. Em Minas Gerais, serão R\$ 329,18 milhões para obras hídricas e de saneamento, montante que supera em 326% o destinado para o Espírito Santo.